

## **Capítulo II**

### **Um Balanço do Contato Interétnico**

#### **1 – Introdução**

Antes de iniciarmos a análise do sistema social dos craôs, faz-se necessário um breve exame das modificações sofridas por esses indígenas em seus 150 anos de contato com os civilizados. Embora não se possa reconstituir o sistema social dessa tribo no momento em que estabeleceu contato com os brancos, há notícias sobre certos costumes tradicionais que hoje não mais se mantêm ou que foram bastante modificados. Este capítulo tem por objetivo deixar o leitor prevenido para o fato de que este trabalho pretende analisar o sistema social atual dos índios craôs e não aquele vigente antes de entrarem em relações com os civilizados. Com ajuda desse balanço do contacto interétnico será possível determinar, em parte, o que é novo e o que é tradicional no sistema craô.

#### **2 – A reserva indígena e sua população**

Os índios craôs estão atualmente localizados num território com cerca de 3.200 km<sup>2</sup>, situado nos municípios de Goiatins (Piacá) e de Itacajá, no norte do Estado de Goiás. A densidade populacional desses municípios é fraca, sendo, em 1960, de 1,16 hab/km<sup>2</sup> no primeiro e de 1,62 hab/km<sup>2</sup> no segundo. Quanto à população craô, ela se acha distribuída em cinco aldeias de estilo tradicional, todas localizadas dentro do referido território. A maior delas, situada a cerca de 30 km da cidade de Itacajá, é conhecida pela denominação aldeia do Posto e possuía, em 1962/63, uma população de 169 habitantes. Esta aldeia é assim chamada por ser a mais próxima do posto indígena da Fundação Nacional do Índio, do qual dista 5 km. A aldeia de Pedra Branca, por sua vez, tinha, na mesma época, uma população de 49 moradores. A aldeia de Boa União apresentava 109, enquanto a de Abóbora, 58 habitantes. Todas as aldeias citadas ficam em terras correspondentes ao município de Goiatins (Piacá), ou seja, na metade setentrional do território indígena. No município de Itacajá está localizada mais uma, a de Serrinha, com 134 habitantes. As aldeias citadas são todas elas, ocupadas por indivíduos que vivem segundo o estilo tradicional craô. Há, porém, outros indígenas ou descendentes de indígenas que moram na reserva tribal, mas em casas isoladas ou num pequeno núcleo denominado Morro do Boi. Estes, porém, ao contrário dos habitantes das cinco primeiras aldeias citadas, pretendem viver como os civilizados, menosprezando as tradições craôs. O núcleo do Morro do Boi consta de quatro casas e sua população abrange 23 descendentes de índios e 14 civilizados. Existem ainda dentro do território dos craôs três casas isoladas ocupadas por 7 indígenas e 13 descendentes de indígenas e dois civilizados. Em resumo, nos anos de 1962-1963, havia na reserva tribal 519 habitantes nas aldeias tradicionais e 43 índios ou descendentes de índios que viviam como civilizados fora das referidas aldeias. Portanto, a esmagadora maioria da população indígena estava nas aldeias de estilo tradicional.

O território indígena é constituído de terras pertencentes ao Estado de Goiás, cujo uso e gozo foram concedidos aos índios craôs por um decreto-lei estadual no ano de 1944. A Fundação Nacional do Índio mantém instalada dentro deste território a Povoação Indígena Antônio Estigarribia, situada na parte noroeste do mesmo, junto às

margens do Ribeirão dos Cavalos, o qual desemboca no Rio Manoel Alves Pequeno (afluente do Tocantins) defronte a cidade de Itacajá. No período em que ocorreram as etapas de nossa pesquisa de campo, a Povoação, além da casa que lhe servia de sede, onde morava o encarregado, era constituída de mais três casas de barrote, onde moravam três lavradores, funcionários do atualmente extinto S.P.I. com suas famílias. Defronte de Itacajá existia a casa de mais um funcionário, aí colocado para vigiar o território, impedindo sua ocupação e exploração indevida pelos habitantes da dita cidade. No interior da reserva estavam instaladas duas fazendas de gado do S.P.I. Uma delas, a chamada Maravilha, se achava situada próxima do Ribeirão Pedra Furada, afluente do Ribeirão dos Cavalos; nela moravam dois funcionários com suas famílias. A outra, denominada Fazenda do Xupé, ficava na margem do ribeirão do mesmo nome, que desemboca no Riozinho, o qual, por sua vez, é afluente do Manoel Alves Pequeno. Estas duas fazendas tinham reunidas não mais de 200 reses. Os agricultores do S.P.I. tinham como encargo cultivar todo ano uma roça para uso da sede e cuja produção servia também para socorrer os índios em caso de necessidade.

A reserva é também ocupada por cerca de 60 famílias de sertanejos civilizados, de modo clandestino ou com uma permissão precária do encarregado do Posto. Tais moradores se concentram sobretudo na orla oriental e meridional do território tribal, junto aos rios Vermelho (afluente do Manoel Alves Grande), Suçupara (afluente do Vermelho) e Gameleira (afluente do Manoel Alves Pequeno).

### **3 – História do contacto interétnico**

O território em que atualmente vivem os craôs não se acha demarcado sobre a região em que os civilizados, pela primeira vez, encontraram estes índios. Os craôs se viram diante dos civilizados por volta do início do século XIX, e então se encontravam, não em Goiás, mas no Maranhão, situados na região banhada pelo curso inferior do rio Balsas e seus afluentes (como o Neves, o Macapá), que é um dos tributários do Parnaíba<sup>1</sup>. À medida que os civilizados ocupavam a região, iam empurrando os craôs para oeste, na direção do rio Tocantins, Parece que então eram freqüentes as escaramuças entre os craôs, que investiam sobre os estabelecimentos dos brancos instalados nas terras que estavam sendo obrigados a abandonar, e os civilizados, que retribuíaam as suas incursões, até que em 1809 os índios sofreram uma grande derrota, quando tiveram uma de suas aldeias atacadas por 150 paisanos e 20 soldados de linha, que fizeram entre eles 70 prisioneiros, que foram enviados a São Luís (Ribeiro, 1841, § 71). Tão dura perda obrigou os craôs a pedirem paz, que lhes foi concedida com a condição de não mais hostilizar os civilizados (Ribeiro, 1841, § 72). Foi nessa época que os craôs se encostaram às margens do Tocantins, tendo mesmo uma parte deles atravessado para o lado oposto (Ribeiro, 1874, p. 66, § 59). Retirando-se diante do avanço dos criadores de gado, os craôs tiveram de disputar novos territórios com outros indígenas; assim, ao se aproximarem do Tocantins, deslocaram dali os xerentes (Francisco de Magalhães, em Almeida, 1852, p. 55), segundo um cronista, ou os Xavante, segundo outro (Ribeiro, 1841, § 70 e § 71).

Foi nas margens do Tocantins que Francisco José Pinto de Magalhães, comerciante goiano, morador de Natividade, os encontrou em 1810 (Almeida, 1852, p.

---

<sup>1</sup> Vide Ribeiro, 1841, § 70, onde diz que os craôs se encontravam então nas ribeiras de Balsas, além de Balsas e Neves; a localização das ditas ribeiras ou distritos se acha em Ribeiro, 1874, p. 64, § 55; p. 63, § 54; e p. 63, § 52.

49; Ribeiro, 1841, § 72). Ocupado no comércio entre Goiás e o Pará através do rio Tocantins, Francisco de Magalhães, fez amizade com os craôs, para o que contou com o apoio dos criadores do sul do Maranhão, altamente interessados na sua pacificação, que chegaram a lhe oferecer gado para facilitar seu empreendimento (Almeida; 1852, p. 57). O comerciante iniciou a construção de uma povoação, que recebeu o nome de São Pedro de Alcântara e que viria a se transformar na atual cidade de Carolina. Para seu fundador a finalidade de tal povoação era múltipla, como se pode depreender da leitura de sua “Memória sobre a descoberta e fundação da Povoação de São Pedro de Alcântara” (transcrita em Almeida, 1852, pp. 48-58), que enviou ao governador de Goiás em 1813: estabelecer um local onde os comerciantes que navegavam o Tocantins pudessem descansar e fazer reabastecimento de víveres; pôr à disposição dos moradores do sul do Maranhão mercadorias que até então tinham de adquirir em Caxias, como o sal, tecidos, ferragens, e que ele podia trazer de Belém; cultivar algodão nas matas que margeiam o Tocantins, para vendê-lo em Belém; aprisionar índios para vender em Belém ou utilizar nas plantações que pretendia fazer. Francisco de Magalhães passou a se servir dos craôs como seus aliados, a fim de fazer prisioneiros entre os índios das vizinhanças, transformando-os em escravos, embarcando-os para Belém (Ribeiro, 1841, § 72). Assim, por exemplo, auxiliou os craôs em três expedições contra os índios “Canacatagês” e “Norocagês”, fazendo-lhes 52 prisioneiros. A escravização dos índios, Francisco de Magalhães a justificava com o apoio da Carta Régia de 5 de setembro de 1811, que permitia aos moradores das margens e sertões dos rios Maranhão, Tocantins e Araguaia gozarem dos serviços dos índios aprisionados de armas na mão por 10 anos ou mais tempo, enquanto não perdessem a “atrocidade” (Alencastre, 1865, p. 75, nota 75; Almeida, 1852, p. 58). Acontece, porém, que mesmo os grupos tribais que não davam mostras de querer agredir os civilizados eram atacados, tal como aconteceu com os índios Põrekamekra e “Ponkatgêz”, apanhados por uma expedição que reunia civilizados e índios craôs e destinados à escravidão (Ribeiro, 1841, § 87).

Os índios craôs, por outro lado, bem se valiam da aliança com os civilizados, pois deles tinham uma interessada ajuda contra os grupos tribais inimigos. Os craôs chegavam mesmo a roubar gado dos civilizados, lançando a culpa nos membros de outros grupos (Ribeiro, 1841, § 72). Desse modo davam motivo a outras expedições contra as tribos vizinhas.

Os craôs continuaram a viver nos arredores de São Pedro de Alcântara até completar a primeira metade do século passado. Pohl os encontrou nas vizinhanças dessa povoação em 1819 (Pohl, 1951, 2.a parte, p. 168). Castelnau, em 1844, registra sua presença na mesma área. Nessa época os Xavante ainda pareciam ameaçar São Pedro de Alcântara, que se chamava Carolina desde 1840 (Castelnau, 1949, tomo I, p. 360). Um fazendeiro da região mantinha uma pequena aldeia de índios craôs, de cerca de 25 habitantes, para servir de posto avançado de suas possessões contra os Xavante (idem, p. 361).

Em 1848 os craôs foram transferidos para Pedro Afonso, situada na confluência do rio do Sono com o Tocantins, transferência esta que constituía plano antigo, pelo menos de 30 anos antes (vide Pohl, 1951, 2ª parte, p. 139), ficando sob a direção de Frei Rafael de Taggia. Daí os craôs se deslocaram na direção nordeste, vindo a ocupar a região compreendida entre os dois rios chamados Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, abandonando as margens do Tocantins.

Desde sua pacificação até sua transferência para Pedro Afonso, os craôs serviram de tropa de choque dos fazendeiros de gado contra os demais índios, timbiras ou Akuen.

Por isso os civilizados os toleravam, embora sua presença, do mesmo modo que a dos outros indígenas, fosse indesejada pelos criadores de gado, pois ocupavam as terras que os fazendeiros cobiçavam para a expansão de seus estabelecimentos pecuários e praticavam o furto de gado. Daí por diante as notícias sobre os craôs rareiam, mas é quase certo que não tenham mais entrado em choque armado com outros indígenas, a não ser em 1923, quando homens de uma aldeia craô assaltaram uma aldeia Apinayé, a qual encontraram vazia, queimando-a, tendo raptado duas mulheres nas roças. O motivo deste assalto, entretanto, nada tinha a ver com os interesses dos civilizados. Nimuendaju (1956, pp. 11 e 17) faz alusão a esta expedição.

Em 1940, por motivo ainda de roubo de gado, os craôs tiveram duas de suas aldeias atacadas pelos civilizados, tendo morrido mais de 20 índios. O Governo Federal tomou então providências no sentido de que os culpados fossem julgados, tendo sido condenados a sete anos de prisão os dois principais responsáveis pelo assalto, que eram dois fazendeiros, um de Pedro Afonso e outro de Carolina. Foi em consequência do ataque que o S.P.I. estabeleceu um posto entre os craôs, para assisti-los, e que o Governo de Goiás concedeu-lhes o uso e gozo de uma área de terras.

#### **4 – Evolução demográfica**

Quando os craôs foram pacificados, no início do século XIX, sua população era estimada entre 3 e 4 mil índios (Almeida, 1852, p. 51; Ribeiro, 1841, § 74). Tinham então duas aldeias (Almeida, 1852, p. 51). Quando Pohl passou pela região, eles possuíam três aldeias (Pohl, 1951, 2<sup>a</sup> parte, p. 168). Castelnau, 25 anos mais tarde, passou por uma aldeia de uma quinzena de casas e outra de três ou quatro casas e cerca de 25 habitantes (Castelnau, 1949, tomo I, pp. 357 e 361), onde viviam também vários brasileiros. Mas é certo que os cronistas nem sempre registraram todas as aldeias realmente existentes. Um recenseamento de Frei Rafael de Taggia, em 1852, calculou os Krahó em 620, sendo 270 homens e 350 mulheres. Eles estavam localizados na aldeia de Pedro Afonso e, segundo o missionário, tinham sofrido um sério decréscimo na sua população devido às epidemias dos anos de 1849 e 1850, embora não especifique as moléstias que os dizimaram (Taggia, 1898, p. 122 ss.). Aliás, cumpre notar que Pohl, entre os craôs que viu na Povoação de São Pedro de Alcântara (depois Carolina), notou a presença da sífilis (Pohl, 1951, 2.ª parte, p. 166). Em 1859 havia três aldeias, a quatro léguas de Pedro Afonso, mas não se especifica quantas eram craôs e quantas xerentes (Gomes, 1862, p. 490). Em 1890 os craôs teriam três aldeias. Uma delas tinha cerca de 500 habitantes e ficava a três ou quatro dias de viagem a partir de Pedro Afonso (provavelmente já na região em que hoje se encontram os craôs); a outra estava próxima de Pedro Afonso, mas do outro lado do Tocantins; a terceira, ficava a cerca de 18 horas, a canoa e a pé, de Pedro Afonso, e, a julgar pelos nomes dos meninos que Frei Gil Vilanova aí recolheu, podia até mesmo ser xerente (Gallais, 1942, pp. 131-136). Pelos inícios do presente século, os craôs dispunham pelo menos de duas aldeias, ambas nas vizinhanças das cabeceiras do rio Manoel Alves Pequeno, portanto já na região em que hoje estão os craôs. Uma delas era a de Gameleira, com 19 casas; a outra, a de Serrinha (“Serrêna”), com 18 casas (Cook, 1909, pp. 215 ss.). Os nomes dessas aldeias correspondem a nomes de ribeirões, da bacia do Manoel Alves Pequeno, localizados na parte meridional do atual território indígena. Em 1930 Nimuendaju encontrou os craôs em quatro aldeias: as chamadas Pedra Branca e Pedra Furada eram habitadas por uma subdivisão tribal denominada Kenpókateye, enquanto as outras duas eram resultado de uma recente cisão da aldeia de Donzela, que pertencia à subdivisão Mâkamekra. Os membros desta última estavam calculados em 100 indivíduos, enquanto as duas aldeias

Kenpókateye teriam 150 habitantes cada uma, somando um total de 400 craôs (Nimuendaju, 1946, p. 26). Pedra Branca e Pedra Furada estavam com toda certeza localizadas em terras correspondentes à parte norte do atual território indígena, enquanto as duas aldeias oriundas da cisão de Donzela estavam fora, mas próximas da parte sul do mesmo. A dita aldeia de Pedra Branca, depois de 1950, se subdividiu em duas: a do Posto e a de Pedra Branca; depois dessa cisão, ocorreu outra na aldeia de Pedra Furada, que se subdividiu na de Boa União e na de Abóbora. Em 1939 Buell Quain registrou 204 indivíduos na aldeia de Pedra Furada (Quain, 1939). Em 1948 os craôs estavam estimados em 500 (Schultz, 1950, p. 50). Quanto ao recenseamento realizado por nós em 1962-1963, apontou, como dissemos, 519 índios nas aldeias de estilo tradicional, sendo 259 do sexo masculino e 260 do feminino.

Os dados demográficos apresentados, alguns estimados e outros resultantes de censos, separados por intervalos irregulares de tempo, nos mostram que a população craô decresceu bastante, sobretudo desde sua pacificação em 1809, quando somava de 3 a 4 mil indivíduos, até os meados do século passado, quando estava reduzida a 620. Em apenas 40 anos teria se reduzido a um quinto. A queda da população foi mais lenta a partir daí, pois de 1852 a 1962-63, isto é, em 110 anos, passou de 630 para 519 (ou 562, se contarmos os que vivem como civilizados). Parece que nos últimos anos a população se tem mantido relativamente estável. Não se pode calcular, entretanto, se esta estabilidade será durável, pois um grande número de índios craôs sofre de tuberculose, sem que se possa estimar, mesmo imprecisamente, quantos estão afetados por essa doença. Por outro lado, não se nota na população atual o desequilíbrio na distribuição por sexo no recenseamento de Taggia. O número de aldeias craôs citado pelos vários cronistas, embora por vezes não representasse o total, é sempre reduzido. Em nenhum relato elas ultrapassam o número de três, a não ser neste século, a partir da segunda década. Se o número de aldeias dos craôs foi mais ou menos sempre o mesmo e sua população é que decresceu sensivelmente, daí se conclui que as antigas aldeias deveriam ser muito mais populosas que as atuais, podendo mesmo alcançar a cifra de mais de mil índios cada uma no tempo da pacificação. O equilíbrio entre a população regional civilizada e os craôs também modificou-se grandemente durante o período de mais de século e meio de contacto interétnico: no início do século XIX, enquanto os craôs chegavam a uma cifra de 3 a 4 mil, os civilizados alcançavam de 5 a 6 mil (Ribeiro, 1874, § 2) no sul do Maranhão. Isto significa que apenas os índios craôs, sem contar os outros vários grupos tribais que se encontravam na região, alcançavam um número superior à metade da população civilizada. Atualmente a situação é bem outra: aos 562 índios e descendentes de índios que vivem na reserva tribal craô se contrapõem 24.607 civilizados, que constituíam a população dos municípios de Itacajá e Piacá, onde a reserva está inserida, em 1960 (I.B.G.E. – Serviço Nacional de Recenseamento, 1961, p. 4).

## **5 – Miscigenação biológica**

O contacto com os brancos trouxe também para os craôs a miscigenação racial, sobretudo através do cruzamento com negros. Nenhum dado existe sobre o número de indivíduos que teria contribuído para a introdução de características que lembram a raça negra na população craô. Vários são os que apresentam uma acentuada ondulação em seus cabelos compridos, chegando em alguns poucos casos mesmo a ostentar uma aparência lanosa. Os tons da cor da pele são os mais diversos. Há também alguns indivíduos que apresentam os cabelos de uma cor castanho-escura, a denunciar talvez a miscigenação com brancos. É preciso dizer que a miscigenação não foi efetuada

somente pelo contacto direto com os civilizados, mas também através de imigrantes vindos de outros grupos tribais e frutos, já, da mestiçagem. Grande é o número de índios craôs que têm entre seus ascendentes índios Apaniekrá, Kenkateye, Apinayé ou xerentes. Na aldeia de Serrinha é grande o número de descendentes de xerentes. Poucos são os descendentes de Apinayé. Seria muito imprudente tentar calcular o número de descendentes desses grupos entre os craôs. A miscigenação é muito antiga, anterior mesmo ao contacto com os civilizados. Naturalmente houve ocasiões em que a presença de imigrantes de outras tribos nas aldeias craôs se acentuou: em 1913, por exemplo, vários Kenkateye procuraram os craôs depois que os civilizados destruíram sua aldeia no Maranhão. A presença de xerentes entre os craôs parece ter-se acentuado desde a transferência destes últimos para Pedro Afonso. A presença de índios Apinayé se fez notar principalmente depois da incursão que uma aldeia craô fez sobre as suas aldeias. Com os expedicionários voltaram não somente duas prisioneiras: mais tarde outros Apinayé vieram viver algum tempo entre os craôs, deixando descendentes nas aldeias destes. A presença de índios de outras tribos entre os craôs deve ter sido grande durante o período em que, como aliados dos civilizados, atacavam os demais grupos tribais. Por volta de 1814, por exemplo, uma parte dos Põrekamekra fundiu-se com os craôs (Ribeiro, 1841, p. 318).

## **6 – As missões religiosas**

O contacto prolongado com os civilizados durante mais de um século e meio trouxe sem dúvida, várias modificações ao sistema sócio-cultural craô. Tais modificações, em parte, foram conscientemente provocadas pelos civilizados. Entre os meios utilizados com o objetivo manifesto de operar mudanças nos costumes craôs figurou constantemente a catequese. O primeiro missionário que deve ter atuado entre eles foi o Padre Torquato Grugel de Cerqueira Pinto, enviado à região de São Pedro de Alcântara pelo governo de Goiás, a fim de servir de missionário entre os índios da área e orientar espiritualmente os civilizados (Almeida, 1852, pp. lxiv-lxv e 56-57); mas este sacerdote, ao invés de trabalhar na conversão dos índios, excitou todas as expedições que pôde contra eles para cativá-los e em junho de 1815 fugiu numa canoa furtada para o Pará, levando, com o objetivo de lá os vender, muitos indígenas (Ribeiro, 1841, § 86, p. 451). Por conseguinte, a ação desse missionário no sentido de modificar conscientemente os costumes indígenas foi nula.

O missionário seguinte que teve ação sobre os craôs foi o capuchinho italiano Frei Rafael de Taggia, que começou a trabalhar entre eles por volta de 1848, tendo permanecido o resto da vida na região, falecendo mais ou menos em 1890. Sabe-se que Pedro Afonso, sede da missão de Frei Rafael, dispunha, por volta de 1863, de escola e de ferreiro (Magalhães, 1863, p. 66). Parece que Frei Rafael não conseguiu nenhuma conversão de índio craô ao Catolicismo. Ele mesmo diz que os índios pensavam que, ao se tornarem cristãos, não poderiam morar em companhia de seus parentes falecidos, achavam que o batismo tinha o poder de lhes abreviar a vida; que o missionário só podia ministrar o batismo às crianças moribundas, se fosse à força; que os chefes proibiam aos índios de dar parte ao missionário dos doentes, pois reputavam os medicamentos dos civilizados como feitiços (Taggia, 1898, pp. 122-123).

Os índios craôs de hoje ainda fazem referências ao tempo de Frei Rafael. Um deles nos contou que, segundo as narrativas dos falecidos índios Fernando e Papa-mel, os craôs viviam perto do Morro do Chapéu (morro que se avista da cidade de Carolina,

no Maranhão) e lá brigavam com os índios Gavião, Canela, Mãkrare<sup>2</sup>. E o padre Rafael levou até lá um paquete (batelão?), pois naquele tempo não havia motor (pequena lancha do Tocantins) e trouxe toda a aldeia para Pedro Afonso. Fez a aldeia mesmo em Pedro Afonso. O Padre não comia muito não: só pouquinho; fumava um cachimbo comprido e tinha barba grande. Criava muito pombo. Na hora de fumar, chamava os meninos: “Meu filho, acende meu cachimbo”. Quando os índios iam caçar do outro lado do Tocantins, havia duas canoas para atravessar. Caçavam por lá e de tarde voltavam correndo. Ficavam na beira do rio, rezando (fazendo o “Em nome do Pai”) para que “bicho feio” não fosse pegá-los. Então a canoa ia até lá e os atravessava outra vez. Os índios sabiam remar, porque moravam em Pedro Afonso. Acreditam também que o mesmo Frei Rafael lhes tenha demarcado um território bem maior do que o oferecido pelo Governo Estadual em 1944; a primitiva reserva teria por limites o Rio Manoel Alves Grande ao norte; o Tocantins a oeste; o Rio do Sono e o Perdida ao sul.

Frei Gil Vilanova andou entre os craôs em 1890, em busca de meninos para serem educados em Porto Nacional. Em uma das aldeias conseguiu três meninos — Marco, Abocsú e Aquedi — que, a julgar pelos nomes de dois deles, eram xerentes e não craôs. Mas logo seus pais foram buscá-los de volta, pois temiam por eles na ocasião em que tinham lugar os choques armados de Boa Vista (atual Tocantinópolis). Sabe-se que nesta época alguns índios já se faziam batizar, mas com o único objetivo de assim conseguirem um padrinho e uma madrinha (civilizados, muito provavelmente) de quem tentavam obter o maior número de presentes possível. Se padrinho e madrinha morriam, o batismo era considerado sem efeito: “Morreu o padrinho, morreu também o batismo”. Muitas vezes tentavam renovar o batismo mesmo antes de morrerem os padrinhos. Os craôs estavam então familiarizados com o comportamento externo dos católicos: quando da visita de Frei Gil Vilanova a uma das aldeias, celebrou-se uma missa na casa do chefe; no momento do Evangelho, os homens todos se levantaram e se persignaram e no momento da Elevação, todos curvaram a cabeça até o chão (Gallais, 1942, pp. 130-138). Por conseguinte, nessa época, os craôs já aceitavam certas práticas a que anteriormente não se permitiam, como a recepção do batismo. Entretanto, atualmente os craôs não mais praticam a persignação<sup>3</sup>.

Nos começos deste século, o protestante Azel Cook, já citado, prometeu-lhes um professor, que, entretanto, nunca foi enviado. Com a morte de Frei Rafael de Taggia, cuja influência sobre os craôs foi bem pequena, pois julgamos que ele permaneceu fixado em Pedro Afonso, enquanto os índios iam se afastando paulatinamente na direção nordeste, não houve mais nenhuma missão católica entre os indígenas, a não ser visitas esporádicas de sacerdotes e de pouca duração. No século XX são os protestantes que têm tentado uma ação missionária mais efetiva entre os craôs. Em 1926, o Pastor Zacarias Campêlo, batista, instalou-se nas proximidades da aldeia de Pedra Furada e iniciou seu trabalho missionário, tendo permanecido entre os craôs até 1935. Um outro

---

<sup>2</sup> É interessante notar que este nome corresponde a uma das subdivisões tribais craôs: os mesmos mancamecrás.

<sup>3</sup> Embora os nomes dos meninos levados por Frei Gil Vilanova e o comportamento dos indígenas durante a missa pareça indicar que não eram craôs, não possuímos indícios suficientes para concluir que Gallais tenha confundido aldeias xerentes com aldeias craôs. Os meninos poderiam ser xerentes e viverem em aldeia Krahó. visto que os dois grupos tribais, na segunda metade do século passado, estavam mais próximos entre si do que atualmente e mantinham já. relações pacíficas, havendo oportunidade de certos indivíduos viverem em aldeias do grupo tribal vizinho. O fato dos craôs não mais executarem gestos católicos como a persignação é explicável, uma vez que não mais tiveram missionários católicos permanentes entre eles depois de 1890.

missionário, chamado Francisco Colares, instalou-se próximo da aldeia de Pedra Branca, tendo-se retirado antes de 1940. Parece que os resultados do trabalho de Campêlo, sob o ponto de vista da conversão religiosa, foram bem poucos: em seu livro se sabe que convertera o índio Boaventura Cavalcante (Campêlo, 1957, pp. 115-117), que não chegamos a conhecer; também um menino índio de 12 anos (idem, p. 127), mas que veio a falecer, e que quase conseguiu a conversão de um Canela que vivia entre os craôs, Luís Baú, se não fosse a pressão dos demais índios, que foram buscá-lo de volta para a aldeia em sua roça, onde tentara se refugiar (idem, pp. 124- 127). Um outro índio que se tornou alvo do missionário foi o chefe de aldeia Chiquinho, que parece ter tentado se converter (idem, pp. 129-152). Entretanto, nos fins de 1962, quando estivemos com Chiquinho, ele nos confiou que seu corpo estava dividido simetricamente em duas partes: uma era católica e outra era protestante. Zacarias Campêlo deve ter colaborado para a extinção de certos costumes dos craôs, como, por exemplo, tentou impedir o sepultamento de crianças dentro das habitações (idem, p. 53). Quanto a Francisco Colares, pouco sabemos de sua ação como missionário entre os craôs. Em 1930, Nimuendaju, quando estava entre os craôs, conversou com ele, e percebeu que pretendia transformar as aldeias numa colônia (Nimuendaju não define o que entende por este termo); pretendia abolir as corridas de toras, que considerava prejudiciais à saúde e porque tendiam a exterminar a palmeira do buriti, de que são feitas as toras, substituindo-as pelo futebol. Nimuendaju ilustra o desconhecimento dos costumes craôs por parte do missionário através das informações que forneceu a Estevão Pinto (Pinto, 1935, pp. 214-215, nota 3; Nimuendaju, 1946, p. 242). Ambos os missionários mantinham escola para os índios (Campêlo, 1957, pp. 43-44). Segundo um informante, os índios *Penõ*, Davi (irmão de Marcão), que sabem ler, e o falecido Mundico aprenderam nessa escola. Com a saída desses missionários, nenhum outro se estabeleceu entre os craôs. Com a instalação do S.P.I. na área, passaram a trabalhar dois funcionários que eram pastores batistas, os quais, entretanto, não agiam como missionários: um deles era professor e o outro dirigia o trabalho da produção de subsistência do Posto. Somente em 1964 instalou-se novamente uma missão entre os craôs, mas que durou pouco tempo.

Parece que a ação dos sertanejos da área, católicos, mas portadores de uma série de crenças "folclóricas", que não fazem parte da doutrina da Igreja, teve uma influência mais decisiva na modificação de costumes e crenças craôs do que os próprios missionários. Um dos heróis míticos, Lua (*Pidliré*), foi identificado com São Pedro, mas não o São Pedro do Evangelho e sim o herói de contos pios dos sertanejos, um tanto esperto e maldoso. A identificação se justifica, pois Lua, nos mitos craôs, é um herói desajeitado, sempre a provocar situações desagradáveis; isso mesmo o leva a ser identificado também como Pedro Malasarte; o Sol (*Pit*) por sua vez é identificado com Deus, também chamado *Papam*. Note-se que o próprio Camara Cascudo (1962, pp. 445 e 592) acha semelhanças entre o comportamento de São Pedro dos contos populares e o de Pedro Malasarte. Há também entre alguns craôs uma certa confusão entre Pedro II e São Pedro. Mais de uma vez Getúlio (Vargas) foi citado como tendo tomado o palácio de São Pedro. Um informante reclama que os preços eram baixos no tempo de São Pedro e subiram no tempo de Getúlio. Outro diz que no tempo de São Pedro só havia diretores e os prefeitos surgiram no tempo de Getúlio.

O batismo continua a ser um meio de se conseguir compadres entre os civilizados, mais do que um rito para entrar na Igreja Católica, embora alguns índios afirmem que só os batizados podem ir para o céu, ficando as almas dos pagãos vagando pela terra. O índio Aleixo (*Póhi*) nos assegurou que era civilizado porque era batizado. No entanto,



*Kakró* observou que é melhor deixar de batizar índio: batizar índio é como batizar engenho (referindo-se a um costume sertanejo), que não vira cristão.

Os craôs continuam, como dissemos, a permitir que se batizem seus filhos, sobretudo com a intenção de ganharem compadres, que são sempre civilizados, para lhes servirem de protetores entre os habitantes da região. Um craô nos contou que foi batizado uma vez em Carolina, quando era jovem, e mais tarde, quando passou em Belo Horizonte, uma mulher fez um padre batizá-lo outra vez. Parece que o batismo já foi recebido mais de uma vez por alguns outros índios craôs. O termo compadre têm vários significados para os índios: são os padrinhos de batismo de seus filhos; é o termo vocativo que utilizam para tratar com os civilizados; é a tradução que dão para o termo *hópĩ*, isto é, amigo formal, relação social cuja natureza será estudada adiante. Mas o fato de aplicarem o mesmo termo a indivíduos a que se ligam por relações diferentes não indicaria que há algo de comum a caracterizar as três relações? Preferimos, entretanto, analisar este problema no referido capítulo.

Os índios craôs não fazem certos trabalhos aos domingos e nos dias santos: não trabalham na roça, a não ser para apanhar alimentos; mas podem fazer outros serviços, como caçar, pescar, coletar frutos silvestres, ralar mandioca, colher fibra para fazer corda. Não devem ir à roça para fazer serviços pesados, sob pena de cortarem o pé, cair-lhes uma árvore em cima, serem picados por cobra; também não gostam de tomar injeções nestes dias e soube de um curador que não tratava dos enfermos durante os mesmos. Alguns craôs estendem essas proibições ao sábado.

Acreditam num ser sobrenatural muito mau, o Cão, como é chamado o Diabo pelos sertanejos. Frequentemente usam a exclamação *Maité* (Diabo), quando se aborrecem com algo. Nem todos os craôs dizem as mesmas coisas sobre o Cão. Um afirmou que nada sabia sobre ele; outro, que nunca o tinha visto. Um terceiro, craô de nascimento, mas que costuma de quando em vez visitar os índios Canelas de Porquinhos, contou, inclusive, uma história do Cão, que provavelmente pertence ao folclore dos sertanejos da região e sofreu uma ligeira adaptação por parte dos índios. O informante nos contou a história por duas vezes, em ocasiões diferentes (distantes uma da outra por pouco mais de um ano) e as duas não são exatamente iguais nos detalhes. Em resumo, a história é a seguinte: Sol e Lua estavam muito preocupados, porque o Cão estava matando índios e civilizados para comer. Então mandaram para baixo, para a terra, um enorme galo. O galo ficou num pequeno povoado de civilizados. O cão chegou, montado e, encontrou um morador; trocando cumprimentos, disse que estava procurando um novilho para matar (mas na verdade estava procurando matar uma pessoa). O Cão viu o galo e perguntou ao morador porque não o comia. Jogou então um graveto no galo. Este se zangou, brigou com o Cão até que lhe fincou a espora no coração. O galo ficou na terra, não voltou para o Céu e fecundou as galinhas, fazendo surgir galos novos. Numa das versões o informante diz que o Cão morreu, não existe mais, só seu retrato no papel. Na outra diz que os cristãos e os índios têm galo para espantar o Cão, que, quando vê este animal, volta para trás. Outro índio nos contou a história de Cão e Camô (Canhoto?), em que ocorrem episódios da história de Pedro Malasartes, com que o segundo se identifica. Camô sempre leva a melhor sobre o Cão. O conto, porém, é bastante confuso. Afirmou um outro informante que o Cão pode dar poderes mágicos aos índios, tomando-os curadores. Um curador, Clóvis, contou-nos ter ido até ao Céu e fez um desenho, que está em nosso poder, ilustrando a sua viagem. Neste desenho aparece o Sol com sua mulher, *Akrã*<sup>4</sup> e sua mulher, o Cão e vários

---

<sup>4</sup> Personagem mítico que atira toros de buriti incendiados sobre a terra: aerólitos; vide Chiara, 1961/62,

animais; aparece também a aldeia celeste, um cemitério e o caminho que liga o cemitério à dita aldeia. Referindo-se ao Cão, o curador comentou que ele deseja matar o Sol, mas este não morre porque é muito sabido. Em suma, os diversos dados indicam que para os índios o Cão é um ser dotado de poderes sobrenaturais, mas inferior ao Sol e Lua, que podem vencê-lo; é um ser voltado para o mal e contra quem, Sol e Lua, que nos mitos *craôs* nunca estão de acordo, chegam a se unir.

Temos a impressão de que os *craôs* tomam a divisão dos civilizados em católicos e crentes (protestantes) muito pouco preocupados com o fato de defenderem caminhos diferentes para a salvação da alma; consideram simplesmente como dois modos distintos de viver, marcados pela conduta exteriorizada: os católicos fumam, ingerem bebidas alcoólicas, têm relações sexuais extra-maritais, usam armas, dizem palavrões; os crentes não fazem nada disso; além do mais, os católicos respeitam os domingos e os dias santos, mas os crentes só respeitam os domingos. Para os *craôs*, a distinção entre católicos e protestantes (na área estudada, só existem ou católicos ou protestantes) deve se assemelhar à distinção entre membros de metades opostas, cada qual com seu comportamento simbólico. Entre os *craôs*, um católico que não fume, não beba, não ande armado etc. é tomado como protestante. Os próprios *craôs* se definem como católicos.

Em resumo, a influência dos missionários católicos e protestantes foi mínima entre os *craôs*, tendo sido sobrepujado pelo catolicismo folclórico dos sertanejos.

## 7 – Os precursores dos encarregados de posto

Desde o tempo de sua pacificação os *craôs* sempre tiveram algum civilizado como seu orientador, uns reconhecidos pelo Governo e outros não. O primeiro desses orientadores foi Francisco Pinto de Magalhães, que era chamado por eles de "pahé", ou seja *pa?hi*, que atualmente significa para os *craôs* chefe de aldeia ou chefe honorário (Almeida, 1852, p. 52)<sup>5</sup>. Este comerciante era reconhecido pelo menos tacitamente como orientador dos *craôs* pelo Governador de Goiás, que lhe enviou um padre (Almeida, 1852, pp. lxiv-lxv), solicitado por Magalhães, tanto para a catequização dos índios como para a direção espiritual dos habitantes de São Pedro de Alcântara (Almeida, 1852, pp. 56-57). O mesmo comerciante chegou a apresentar alguns índios ao próprio Governador (Almeida, 1852, p. 13). Sabe-se que em 1827 o Alferes Antônio Moreira da Silva era diretor dos *craôs*, Apinayé e "Cority" (Almeida, 1852, pp. 17-18). Este homem antes de 1819 já havia atacado os índios de ambas as margens do Tocantins, isto é, os Põrekamekra e os *craôs* durante a ausência de Francisco Pinto de Magalhães, que, ao retornar, teve de se esforçar para restabelecer a confiança dos índios (Pohl, 1951, 2ª parte, p. 149). Em 1819, quando Pohl passou pela região, Moreira da Silva já parecia ser diretor dos *craôs*, agindo com eles de maneira bastante arbitrária (Pohl, 1951, segunda parte, p. 168). Esses diretores, que não existiam somente entre os *craôs*, pareciam representar interesses de Províncias diferentes, numa área disputada pelo Pará, Maranhão e Goiás (como parece transparecer em Almeida, 1852, pp. 17-18). Em 1844, Castelnau encontrou uma aldeia *craô*, onde um diretor residia havia 14 anos (Castelnau, 1949, tomo I, p. 357). Encontrou também, como já foi dito, uma pequena aldeia que servia de posto avançado de um fazendeiro contra os Xavante (*idem*, p. 361).

---

pp. 374-375.

<sup>5</sup> Quanto à caracterização do chefe da aldeia e do chefe honorário, ver o capítulo XII do presente trabalho.

De 1848 em diante os *craôs* tiveram como diretor Frei Rafael de Taggia, que ficou na região até sua morte, ocorrida por volta de 1890. Pelo início do corrente século, uma das aldeias *craôs*, pelo menos, chamada Serrinha, tinha confiança num brasileiro da época, a quem seus habitantes foram pedir opinião a respeito da oportunidade de aceitarem um professor que lhes oferecia o protestante Cook (Cook, 1909, p. 221). Também no início deste século os *craôs* mantinham amizade com um fazendeiro chamado Agostinho Soares, que lhes fornecia de quando em vez algumas cabeças de gado, sofrendo mesmo alguns furtos por parte deles. Teria sido um ascendente deste fazendeiro a pessoa que atraiu os índios *craôs* para a área que hoje ocupam, onde colaboraram na extinção das onças do lugar, o que permitiu a expansão dos rebanhos. Os índios também auxiliaram a Agostinho Soares, certa vez, a recuperar seu gado, que tinha sido roubado por criadores do Maranhão. Nimuendaju faz também alusão a um amigo dos índios, Santo Moreira, que tentava amparar a aldeia de Donzela, que havia se subdividido, e defender a terra dos índios contra a invasão dos criadores de gado (Nimuendaju, 1946, p. 26). *Kakró* nos informou que este civilizado, morador entre Donzela e Pitoró, era quem mandava os padres à aldeia. Um informante civilizado nos confirmou que Sancho (e não Santo) Moreira era curandeiro e adivinho e que enganava os índios, dizendo-lhes ter recebido ordem dos padres para tomar conta deles. Mesmo o missionário batista Zacarias Campêlo, ao chegar às terras dos *craôs* para evangelizá-los, em 1926, era tratado pelos índios como diretor, "indireitor", como diziam (Campêlo, 1957, pp. 27 e 51). Um informante também considerou como "diretor" a Manoel Perna, pessoa em cuja casa os índios se hospedavam, quando iam a Carolina. Depois de 1940 o S.P.I. instalou seus serviços na região e os índios passaram a ficar sob a direção dos encarregados do Posto. Depois do contacto, portanto, os *craôs* sempre tiveram um como que representante de seus interesses entre os civilizados.

## **8 – Assistência prestada pelo extinto S.P.I.**

A assistência concedida pelo S.P.I. aos índios *craôs* era mínima. Sob o ponto de vista da saúde, dispunha o Posto (assim vamos denominar a sede da Povoação Indígena Antônio Estigarribia, pois é desse modo comumente chamada), de quando em vez de um funcionário com o cargo de enfermeiro. Entretanto, não se tratava nunca de pessoa que tivesse recebido formação para exercer as atividades de enfermagem. Além disso, o estoque de remédios era mínimo, tanto em quantidade como em variedade. Não dispunha o S.P.I., na área, de nenhuma enfermaria. Do ponto de vista da alimentação, os índios cuidavam de seu próprio sustento; eventualmente, em caso de crise, o Posto podia socorrer de modo muito deficiente a um e a outro dos mais necessitados. Não dispunha também de nenhum recurso ou pessoal habilitado para modificar ou aperfeiçoar as técnicas de trabalhar a terra. O território indígena atualmente não tem escolas; não há nenhum professor funcionário. No passado funcionou a escola, mas de modo intermitente; e mesmo assim ela favorecia à população de uma só aldeia. Hoje só existem três índios no território que sabem ler; mas parece que nenhum deles aprendeu na escola do S.P.I.

Examinando o arquivo do Posto, pudemos verificar que a escola do S.P.I. funcionou durante os seguintes períodos: a) novembro de 1942; b) fevereiro de 1943 a novembro de 1944; c) janeiro a novembro de 1946; d) agosto de 1947 a dezembro de 1948; e) março a abril de 1949; f) setembro a outubro de 1949; g) março de 1950 a abril de 1951; h) julho de 1956 a setembro de 1959. Parece que somente no primeiro desses períodos a escola funcionou próxima da aldeia que correspondia às atuais Boa União e Abóbora; nos demais períodos, ela passou a funcionar na aldeia que ficava próxima do

Posto. Além das várias interrupções sofridas pelo trabalho de alfabetização dos craôs, uma outra razão concorreu para que esta escola não produzisse fruto algum: o ensino era ministrado aos meninos e meninas, mas em língua portuguesa, que eles não compreendem. Para dar resultados, as crianças deveriam receber aulas na língua indígena. Na falta de professor preparado para isso, seria preferível voltar o esforço de alfabetização para os adultos de sexo masculino. Convém notar que apenas o professor que ministrou aulas nos dois primeiros períodos falava a língua craô: era o Pastor Joaquim Leão.

Nem as fazendas de gado e nem a roça do S.P.I. produziam de modo a se conseguir um excedente. O Posto não realizava nenhuma produção comerciável apoiada no trabalho indígena. Os índios só trabalham para a própria subsistência.

A única função importante da presença do antigo S.P.I. na área era talvez desestimular a ocupação do território indígena por parte dos civilizados, o que fazia mais ou menos eficientemente, dependendo da administração e do interesse de cada encarregado.

## **9 – A construção de casas**

A forma das casas dos craôs indica uma forte influência dos civilizados. Externamente são muito parecidas com as dos sertanejos da região. O teto é de duas águas, coberto com folhas de buriti ou de piaçava, sendo esta última preferível por ser mais durável. As paredes são feitas de estacas, fincadas no chão uma ao lado da outra, amarradas umas às outras com embira, sendo o espaço entre elas preenchido com palha de buriti ou com barro. Atualmente não são raras as casas com paredes de barro; distinguem-se das casas dos sertanejos porque não têm janelas e também porque o barro não chega a esconder completamente os troncos, canas e fitas vegetais que formam o esqueleto da parede, como entre os civilizados. Além disso, a casa craô dá a impressão de estar sempre por terminar; nunca acaba de ser construída: planeja-se uma casa de paredes de barro, as quais não se completam e recebem um preenchimento provisório de palha, que se toma definitivo; as duas águas do teto da casa devem ser complementadas idealmente por dois triângulos laterais inclinados, que contribuem para aumentar a área coberta da casa; algumas vezes se vêem as estacas fincadas no chão à espera do prolongamento do telhado, que não chega a ser construído em uma das extremidades. Internamente as diferenças ainda são maiores. Ocorre algumas vezes que a casa craô tenha paredes internas; mas não há nada de comum entre a divisão interna de uma casa e as demais. As casas dos sertanejos civilizados têm geralmente uma varanda, onde se recebem as visitas, um quarto e uma cozinha. A casa indígena geralmente é sem divisões; algumas vezes separam um recinto destinado a ser cozinha e outro destinado a quarto; mas logo algum casal da casa se instala na cozinha, enquanto outro começa a cozinhar no quarto e a primitiva divisão da casa se transforma. Não existem redes nas casas dos craôs. Dormem em jiraus, cujo estrado se faz de seções longitudinais, de troncos de açaí bravo, forrados com folhas de pati, sobre as quais se colocam esteiras de buriti. As jovens têm seu jirau armado nos travessões do teto, os casais novos dormem em jiraus de pouco mais de um metro de altura, enquanto os casais de meia idade os têm a pouca altura. Para que os porcos não entrem dentro de casa, colocam-se diante das portas seções de tronco de buriti já utilizados nas corridas de toras. O número de portas e a posição das mesmas varia de casa para casa.

Em algumas casas indígenas se vê uma área contígua com o chão cuidadosamente batido e nivelado, às vezes coberta por um teto horizontal (uma "latada"). Tal recinto se

destina à realização de festas à moda dos civilizados. Quando um morador da casa resolve dar uma festa por um motivo qualquer, como por exemplo, seu retorno de uma longa viagem, providencia a construção do recinto onde será realizado o baile: isto é, o chão nivelado e batido debaixo de uma cobertura. Deve providenciar café, rapadura ou garapa para adoçá-lo, carne de porco, para servir com arroz ou farinha. Os índios da aldeia são convidados já esperados da festa; além disso podem ser convidados índios de outras aldeias e civilizados sertanejos, que não se fazem de rogados a comparecerem. Deve ser providenciado também um sanfoneiro, que não precisa de ser muito hábil e um tocador de "baixo" (um tambor de grande diâmetro, mas raso). Os índios vestem suas calças, às vezes camisas, que as têm guardadas em seus malotes. As mulheres substituem seus panos por vestidos que somente usam nessas ocasiões, e usam, algumas delas, batom. Os convidados civilizados chegam e o índio responsável pela festa, o "dono" da festa, como é chamado, pede que lhe entreguem seus revólveres e facões para guardar, pois, a presença da cachaça nestas festas é inevitável; mesmo que o "dono" da festa não a sirva, os convidados a trazem, e os indivíduos são levados a brigar. A festa começa à noite e dura até à madrugada.

## 10 – Cozinha

Atualmente uma boa parte das refeições diárias dos craôs é preparada em panelas de ferro: beijus, arroz, "grolado", fava, carne cozida em água e, às vezes, mesmo quantidades pequenas de farinha. A panela de ferro colocou em segundo plano a técnica antiga de assar os alimentos com o auxílio de pedras aquecidas, a qual, entretanto, se mantém firme no que toca à confecção dos bolos chamados *khiorcupu* e, no português dos sertanejos, "paparutos" ou "berubus". A lata de querosene não conseguiu substituir as cabaças de água, mas serve para a confecção dos raladores para mandioca. Nas casas craôs é muito comum a presença de pratos e cuias de alumínio ou esmaltados, assim como de colheres. São mais raros os garfos e as xícaras.

Para produzir o fogo é raríssimo o uso de fósforos. Todo homem craô, tem, entretanto, em seu embornal de caça, um isqueiro rústico, cuja confecção aprenderam com os sertanejos: é o "moio" de fogo, cujas partes constituintes são uma ponta de chifre de bovino cheia de algodão, uma pedra que produza fagulhas e um pedaço de ferro (uma lâmina de faca inutilizada, por exemplo). Bate-se na pedra com pedaço de ferro de tal maneira que as fagulhas caiam sobre o algodão, o qual começa a se queimar.

Há alguns traços culturais de origem indígena que os craôs adotaram, mas que receberam mais provavelmente através dos civilizados, como, por exemplo, a farinha de mandioca, o tipiti.

## 11 – Caça

Atualmente, no que toca à caça, o arco foi definitivamente substituído pela espingarda. Só é utilizado pelos meninos, nos seus folguedos; raramente os adultos se servem dele: apenas na pesca, num determinado jogo e para matar rolinhas que aparecem no quintal de suas casas. As espingardas que utilizam são das mais antiquadas: do tipo pica-pau. Os índios que conseguem carabinas ou cartucheiras, desfazem-se logo delas, vendendo-as a civilizados, pois não podem manter armas cuja munição tem um preço muito alto para suas bolsas. Os craôs não costumam fazer a caça de espera em noites escuras por não disporem de lanternas elétricas, desestimulados pelo alto preço das pilhas. Na pesca os craôs passaram a usar, também, a linha e anzol.

Outrora não tiravam o couro dos animais caçados; queimavam-lhes o pêlo no fogo. Com o aparecimento de comerciantes que compravam o couro de certos animais, os índios passaram a esfolá-los. Com isso surgiu um novo problema: a quem deveria pertencer o couro dos animais abatidos em caçadas coletivas? Solucionou-se a questão, ficando estabelecido que o couro pertenceria ao caçador que tivesse abatido a caça com um tiro ou ao dono do cachorro que tivesse tocado o animal perseguido até um ponto de onde não pudesse escapar.

A presença dos civilizados na região habitada pelos craôs provocou o desaparecimento acelerado da caça. Por outro lado, os índios passaram a matar, de vez em quando, uma rês dos fazendeiros. Alguns tentaram começar a criar rebanhos, os quais, por motivos que apontaremos no capítulo seguinte, nunca chegaram a ultrapassar umas poucas cabeças de gado.

## **12 – Modificações na agricultura**

Naturalmente a introdução de artigos industrializados, sobretudo ferramentas agrícolas, foi um outro fator de mudança entre os craôs. Sem sombra de dúvida os instrumentos agrícolas introduzidos facilitaram de muito os trabalhos na lavoura, mas não podemos dizer se realmente, depois que os craôs começaram a utilizá-los, a produção agrícola aumentou. Foi no início do século XIX, com a pacificação, que os craôs devem ter conhecido os instrumentos cortantes de ferro (Almeida, 1852, p. 52), mas até 1926, a julgar pelo que diz Zacarias Campêlo, faziam a derrubada do mato mais fino machucando-o a cacete e deixavam as árvores mais grossas para serem derrubadas pelo fogo. O plantio era antecedido de uma capinagem feita com cavador de pau (Campêlo, 1957, pp. 109-110). Francisco de Magalhães, em 1813, dizia que as lavouras craôs não produziam o suficiente para as suas necessidades e que a caça e a pesca nem sempre tinham feliz resultado (Almeida, 1852, p. 52). Paula Ribeiro entretanto informa que, quando esteve em São Pedro de Alcântara (em 1815?), esta povoação tinha por habitantes apenas o citado Francisco de Magalhães e seus domésticos e menos de 20 pessoas pobres, que viviam das batatas que os índios plantavam ou das raízes silvestres que colhiam; e estes índios, com quase toda a certeza, eram os craôs (Ribeiro, 1874, § 70). Em 1819, Pohl, ao passar por São Pedro de Alcântara, ficou impressionado com os constantes pedidos com que os craôs o importunavam: pediam carne de vaca, farinha de mandioca, milho, rapadura, sal, fumo, cachimbos (Pohl, 1951, 2ª parte, p. 167). Não podemos julgar a situação da produção agrícola dos craôs por este dado, visto que Pohl encontrou os índios craôs fora de suas aldeias, numa povoação de civilizados, onde a chegada de sua expedição era esperada. Além disso, a povoação era muito afastada de terras próprias para a agricultura, como nos conta Paula Ribeiro (Ribeiro, 1874, § 70). Gallais, ao falar dos índios craôs do final do século passado, nos diz que, além das roças individuais, os craôs plantavam uma grande extensão de terra coletivamente e a produção assim obtida, pertencente a todos, era guardada aos cuidados do chefe. No tempo da semeadura, essa roça é que forneceria as sementes para as roças individuais, as quais eram distribuídas a critério do chefe; o autor cita esta instituição para dar um exemplo de imprevidência característica dos indígenas, que consumiriam todos os produtos da roça sem pensar em guardar nada para fazer o replantio; não pensou o autor que o mesmo dado serviria melhor como argumento para provar o contrário: o da previdência dos indígenas. Mas não é isso que nos preocupa no momento e sim o fato de que, se esta informação é verdadeira, isso pareceria demonstrar que a produção agrícola dos craôs, no fim do século passado, a custo garantia sua subsistência durante o período de um ano completo. Não encontramos em nossa pesquisa de campo a

instituição descrita por Gallais (Gallais, 1942, pp. 141-142). Talvez o autor tenha descrito de modo defeituoso o costume que têm os craôs de trabalharem coletivamente na roça que pertence à família elementar do chefe da aldeia (não é propriedade coletiva da aldeia), trabalho este que é retribuído de forma imediata por uma refeição que é oferecida, na própria roça, aos trabalhadores. A roça do chefe é maior do que as demais e ele pode socorrer, em caso de necessidade, a outros moradores da aldeia, fazendo dádivas de produtos da roça que é de sua família elementar e não propriedade coletiva da aldeia. Acrescente-se que atualmente a produção agrícola dos craôs não é suficiente para mantê-los durante um ano inteiro.

A quantidade, a variedade, a proporção de cada tipo de planta cultivada na produção total durante a época dos primeiros contactos com os civilizados não eram as mesmas que as atuais. Os craôs, no início do século XIX, no dizer de Paula Ribeiro, desconheciam o cultivo do fumo (como ainda hoje não o praticam), do algodão, embora utilizassem a ambos. Não sabiam também fazer a farinha de mandioca (Ribeiro, 1841, § 73). Castelnau, em 1844, passou pelos craôs e cita, entre seus principais produtos, o cará, o feijão e a cana de açúcar (Castelnau, 1949, t. I, p. 357). Castelnau deu uma importância a cana de açúcar que talvez não tivesse entre os craôs, deixando de citar outros produtos. José Pinto, um índio de mais de 50 anos, conta que os antigos só plantavam milho branco, inhame, batata doce, amendoim. Depois é que apareceu o arroz, o fumo, a fava, a mandioca. Quando apareceu o arroz, os antigos o pilavam na panela de ferro e diziam: “O pilão está mole demais”. Mas não era pilão, era panela. Quando José Pinto era jovem, só tinha oportunidade de usar sal em raras ocasiões. Em 1926, segundo Zacarias Campêlo, a produção agrícola craô incluía a banana, o arroz, o feijão, a fava, o cará, a batata doce, a mandioca, o aipim, o amendoim, a abóbora, a melancia, o milho, a cana de açúcar, a abacaxi (Campêlo, 1957, p. 110). Estes são ainda os produtos agrícolas atuais. Alguns deles têm sua origem evidente no contacto com os civilizados: o arroz, a cana, algumas variedades de milho. Atualmente os vegetais que predominam na alimentação dos craôs são o arroz e a mandioca, tal como acontece entre os sertanejos da região. Ao mesmo tempo que esses dois produtos tomam a precedência sobre os demais, a proporção dos outros diminui de tal maneira que alguns chegaram a desaparecer, como aconteceu com o *kupa* (cipó comestível), certas variedades de inhame, de milho. O amendoim dificilmente é encontrado e a produção de batatas e inhames é mínima. Por conseguinte, embora não se possa dizer com certeza se a produção agrícola aumentou ou diminuiu em quantidade, em variedade ela, sem dúvida, empobreceu.

### 13 – O vestuário

A introdução de roupas entre os craôs é de origem recente. Em 1819, Pohl foi recebido em São Pedro de Alcântara (Carolina) por uma multidão de índios craôs nus. Apenas estava vestido o capitão, de calças azuis, camisa e gorro de dormir, e sua mulher, de saia azul e camisa (Pohl, 1951, 2ª parte, p. 166). Castelnau, em 1844, viu os homens craôs completamente nus, mas as mulheres traziam uma folha de jenipapo presa a um cordão de algodão (Castelnau, 1949, t. I, p. 357). No tempo em que Frei Gil Vilanova visitou os craôs, eles tinham o hábito de se cobrir com qualquer coisa que aparecesse, quando em presença dos civilizados. Um chefe craô não permitia que sua mulher se apresentasse nua em público e ele mesmo usava um uniforme de coronel da Guarda Nacional (Gallais, 1942, pp. 138-139). Em inícios de nosso século, Cook viu-os na aldeia em absoluta nudez (Cook, 1909, p. 215 ou 216). Um civilizado da região, de mais de 50 anos de idade, assegurou ter visto os craôs ainda completamente nus. Os

homens se cobriam com uma folha de pati, quando chegavam a uma fazenda. As mulheres punham uma folha dependurada no fio que usavam na cintura. Quando se retiravam, abandonavam a cobertura. Em 1926, quando Zacarias Campêlo começou sua missão entre os craôs, estes ainda andavam nus, talvez só se cobrindo quando estavam entre os civilizados (Campêlo, 1957, pp. 23, 26, 77-82).

Atualmente ainda é costume, para os homens, andarem nus dentro da aldeia, ou então com um quadrado de pano que dependuram na cintura com o auxílio de um cinto de couro ou palha de buriti, de modo a cobrir-lhes o sexo. Todo homem tem uma calça que usa quando vai à cidade próxima ou a casa de sertanejos. As mulheres usam constantemente um pano em torno da cintura, que passa sobre si mesmo e que as cobre até o joelho. Trazem colares de miçangas, de muitas voltas, que são vistos mais freqüentemente no pescoço das meninas e das jovens. Nestes colares se penduram molhos de medalhas católicas, na região chamadas verônicas, usadas à guisa de enfeite. Deixam as mulheres os seios inteiramente descobertos. Quando cantam no pátio nas noites frias, cobrem também o dorso e o peito, passando o pano por baixo de um dos braços e unindo as duas extremidades com um nó sobre o ombro oposto. Quando na cidade, além do pano envolvido na cintura, cobrem os seios com um outro pano, passando-o por debaixo de um braço e amarrando-o por cima do ombro oposto. As meninas usam um pano em torno da cintura desde mais ou menos os três anos de idade. As mulheres andam continuamente protegidas por seu pano e têm vergonha de tirá-lo, só o fazendo durante o banho, de modo que têm a pele mais clara entre a cintura e os joelhos. Por conseguinte, os craôs, embora necessitem agora de artigos industriais para se vestirem, não o fazem do mesmo modo que os civilizados, mas dispõem de um modo próprio, semelhante à maneira canela e apinajé.

Além de seu vestuário “sui generis”, os craôs, homens e mulheres, continuam a usar suas pinturas de corpo tradicionais, feitas com urucu, carvão ou jenipapo, sendo que as mulheres as fazem mesmo debaixo de suas “saías”. Essas pinturas parecem um tanto empobrecidas, tendo sido perdidos vários de seus padrões. Tanto homens como mulheres continuam a usar seus cabelos compridos até os ombros, fazendo um sulco na cabeleira à meia altura da testa, em tomo de toda a cabeça, menos atrás, onde o interrompem. Os homens usam as orelhas furadas, introduzindo nelas batoques redondos e chatos, de madeira ou às vezes de calcário, com um furo no centro ou não. Estes batoques, usados desde mais ou menos os quinze anos de idade, são mais freqüentes nos jovens do que nos homens maduros. Mesmo entre os jovens, raros são aqueles que sempre os trazem, utilizando-os sobretudo quando dos cerimoniais. Quando das corridas de toras, os homens craôs usam enfeites de confecção rápida feitos com palha de babaçu ou de buriti: são o *iokhë*, diadema que tem, na parte correspondente à testa, duas pontas em forma de V; o *iôkrétxe*, no pescoço, cujo pendente, também de palha, cai pelo dorso do portador; o *iapî*, “rabo”, amarrado à cintura e com pendente às costas. Portanto, os craôs, por cima de seus ornamentos corporais tradicionais, passaram a utilizar também um vestuário, feito de produtos industriais, mas com características próprias.

## 14 – O uso da língua portuguesa

Os índios craôs, além de sua própria língua, falam também o português. Parece que logo após a pacificação, ficaram numa situação que Darcy Ribeiro chamaria de contacto permanente (Ribeiro, 1957, pp. 12-13), já que viviam muito próximos da Povoação de São Pedro de Alcântara (Carolina), próximos de fazendas de gado,



efetuando junto com os civilizados expedições contra outros grupos tribais e vivendo à beira do Tocantins, cuja navegação começava a se desenvolver. Isso, provavelmente, possibilitou a uma razoável parte da população craô aprender o português. Viajantes que estiveram em contacto com os craôs desde Pohl, devem, todos eles, ter-se entendido com os índios em português, já que conversavam diretamente com eles. Atualmente todos os indivíduos do sexo masculino maiores de 15 anos de idade falam o português sertanejo com relativa facilidade. Poucas são as mulheres que o falam, visto terem um menor grau de contacto com os civilizados. Entretanto, algumas delas, embora não o falem, entendem o português e não raro corrigem seus maridos, quando estes não compreendem algo que algum civilizado lhes diz. Algumas vezes chegamos a presenciar a índios jovens, dentro da aldeia, a conversarem uns com os outros em português, por brincadeira e também como treinamento: havia particularmente dois jovens que freqüentemente estavam trocando palavras em português. Quando um índio pronuncia alguma palavra em português de modo muito estropiado, os outros o corrigem, rindo e zombando dele; costumam contar uns aos outros, com grande hilaridade incidentes engraçados, ocorridos entre civilizados e índios, devido falhas no conhecimento de português de algum craô. O índio Juarez, por exemplo, contava certa vez na praça da aldeia que Clóvis, perguntado sobre o preço de certo tecido, respondia: “São dois metros”. Na mesma ocasião se zombava da confusão que alguns fazem com o dinheiro, dizendo, por exemplo: “cinquenta e vinte”. A aldeia onde mais se ouve falar o português é a de Serrinha, cujo chefe, que é xerente, entende a língua craô, mas não sabe falá-la, dirigindo-se aos índios craôs em português. Há mais quatro xerentes, nesta aldeia, que estão no mesmo caso. Alguns dos habitantes craôs de Serrinha são oriundos de uma aldeia que surgiu da cisão da aldeia de Pitoró em que os índios tentaram viver como civilizados: falam bem o português sertanejo, tendo um deles afirmado que tem mais facilidade em exprimir certas idéias em português do que em craô.

## 15 – Desorganização das classes de idade

Há evidências de que os craôs possuíram classes de idade; tais classes ainda existem hoje, mas são dificilmente reconhecidas: já não se pode dizer qual o seu número, não se pode mais apontar exatamente o lugar de cada uma na praça da aldeia e nem discriminar com absoluta certeza os membros de cada uma. Raras vezes durante o ano as classes de idade aparecem separadas no pátio, o que ocorre apenas por ocasião do ritual chamado *Hokhi'yere*, no começo das chuvas, da corrida do *Përteré* ou das festas chamadas *Wanitómeyen*. A posição das classes na praça, seu número e a discriminação de seus membros foram anotados todas as vezes que um desses rituais se realizou. No entanto, os dados tomados em cada uma dessas ocasiões não coincidem com os dados das demais. Paira a dúvida sobre a questão do deslocamento das classes de idade na praça: não se sabe se cada uma permanecia indefinidamente em um só ponto da praça ou se ia mudando de lugar à medida que novas classes iam sendo preenchidas com novos rapazes. Os dados nos fazem inclinar para a hipótese de que as classes iam se deslocando para o sul à medida que outras penetravam na praça. A desorganização das classes de idade chegou a um ponto tal que os índios se contradizem mesmo quando informam a respeito da própria classe a que pertencem.

## 16 – Alteração do sistema ritual

Vários foram os ritos que desapareceram da vida craô. Um deles era o ritual de que participavam os assassinos (aqueles que já tinham matado alguma pessoa),

chamados *aprokateye*. Zacarias Campêlo conta ter presenciado uma vez este ritual (Campêlo, 1957, pp. 91-93). Outro cerimonial desaparecido é o *Ikréré*, que corresponde ao do *Pepyé* dos Canelas (Nimuendaju, 1946, pp. 179-201). Zacarias Campêlo chegou a fazer uma breve descrição do mesmo (Campêlo, 1957, pp. 87-88). Outros mais já não se realizam: *Peturé*, *Penhok*. Alguns desses ritos serão descritos, de modo resumido, juntamente com os outros, que ainda se realizam. Há uma série de rituais que devem ser resultado de adaptação de um ritual anterior à presença de certos elementos introduzidos devido ao contacto direto ou indireto com os civilizados: são eles as "festas" da laranja, da lima, da manga, do cachorro. Talvez, das modificações sofridas na área dos rituais, a mais importante tenha sido a perda do *Ikréré*, que possivelmente afetou as classes de idade e a seqüência em que os grandes rituais deveriam ser realizados, como acontece entre os Canelas (Nimuendaju, 1946, p. 163).

## 17 – Modificação dos ritos funerários

Os craôs perderam o costume do enterramento secundário. Outrora o morto passava por dois sepultamentos. Os índios velhos ainda lembram deste período. O cadáver era colocado no fundo da cova em posição horizontal e de tal modo que a terra não tocava o mesmo. Diz Zacarias Campêlo que a cova tinha o fundo forrado com esteiras e os lados da sepultura eram guarnecidos com madeiras a pique, que serviam para proteger o cadáver do tatu peba; o morto era deitado no fundo, arrumado e pintado. A boca da sepultura era fechada com uma estiva (truncos colocados um ao lado do outro) de madeira, coberta de esteiras, sobre a qual se punha um montão de terra. Um mês depois o cadáver era exumado, seus ossos pintados (Campêlo, 1957, pp. 54-55). Um informante indígena nos assegurou que sobre o monte de terra que cobria a sepultura se punham os batoques auriculares do morto e seu embornal. Disse também que, quando chegava o tempo de se abrir a primeira sepultura, a qual estava atrás, do lado ou na frente da casa, faziam-no de manhãzinha ou de tardezinha, para evitar que o vento espalhasse pela aldeia o mau cheiro. Os ossos eram pintados com urucu, envolvidos numa esteira e novamente enterrados. No segundo sepultamento, não se deixava um espaço vazio entre os restos do morto e a tampa da sepultura, como acontecia no primeiro, mas preenchia-se a sepultura totalmente de terra. Segundo um outro informante indígena, no primeiro sepultamento a cabeça do morto ficava para o lado do nascente e o segundo sepultamento era feito no interior da casa. Aqueles que morriam longe da aldeia tinham seus ossos para ela transportados, onde eram pintados com urucu, envolvidos em esteira e sepultados num buraco fundo, dentro de casa. As informações não o dizem, mas devia de ser a casa materna do morto.

Atualmente o morto é pintado com urucu, tem o seu corte de cabelo renovado, é envolvido em esteira e sepultado em posição horizontal no fundo de uma cova de cerca de 1,5 metros de profundidade, com o comprimento e largura idênticos ao do cadáver. Não se coloca terra diretamente em cima dos restos mortais: uma tampa de troncos dispostos lado a lado é colocada sobre a sepultura, coberta então de esteiras velhas, sobre as quais se põe muita terra, fazendo um monte. As paredes laterais da sepultura não são mais revestidas de madeira. Uma vez sepultado, não se toca mais no cadáver. Parece que atualmente os craôs estão enterrando seus mortos com a cabeça do lado do poente, à moda dos sertanejos; um chefe de aldeia asseverou que os aconselha a fazer assim, pois isso faz com que a população aumente, como lhe disseram os "cristãos".

Quanto à questão do enterramento, a mudança não consistiu apenas na supressão do sepultamento secundário. Ela foi além: introduziu-se entre os craôs o uso do

cemitério. Outrora, como vimos, as sepulturas ficavam ao lado, atrás ou na frente das casas da aldeia, o que equivale a dizer que ficavam na periferia da mesma. Curt Nimuendaju diz que em 1930 os craôs pareciam manter o costume de fazer o primeiro sepultamento atrás da casa (Nimuendaju, 1946, p. 134). Alguns indivíduos tinham o privilégio de serem sepultados no pátio, no centro da aldeia. Segundo um informante, estes eram os chefes de aldeia, os chefes honorários, as mulheres reconhecidas como cantadoras, o diretor dos rituais da aldeia, as mulheres associadas ao cerimonial do *Ikréré*, as mulheres associadas ao cerimonial de *Katu?ti*, os “prefeitos” da aldeia<sup>6</sup>. Outro informante assegurou que estes privilegiados eram o chefe da aldeia, a sua esposa, as mulheres ligadas ao *Ikréré*, os *witi*. Talvez nem um e nem outro tenha dado a lista completa daqueles que tinham direito ao sepultamento no pátio. O segundo informante lembrava inclusive de alguns indivíduos que tinham sido sepultados no centro da aldeia: os três chefes de aldeia Feliciano, Vicentão e Ambrósio (que eram irmãos entre si) e o filho do chefe Marcão, chamado Domingos, que era também *witi*. O sepultamento no pátio se fazia sempre na parte oeste do mesmo e a terra que cobria a sepultura ficava ao nível do chão, podendo-se andar por cima dela. Entretanto, atualmente, os craôs enterram seus mortos fora da aldeia, num local determinado que fica sempre a oeste da mesma.

Ainda com relação às atividades funerárias, é preciso chamar a atenção para mais um costume desaparecido, mas ainda presente na memória tribal: outrora, quando alguém morria, seus parentes batiam com pau ou pedra em suas próprias cabeças, peito ou costas. Zacarias Campêlo assistiu ao funeral de um menino em que, quando aquele que estava exercendo a função de coveiro veio buscá-lo, para efetuar o enterramento, arrebatando o cadáver às mulheres que lhe punham o seio à boca, rogando que aceitasse o alimento, estas se puseram a dar saltos mortais, atirando os pés para o ar (Campêlo, 1957, p. 54). Até hoje ocorrem cenas patéticas nos funerais craôs, embora menos violentas do que no passado. Nós mesmos presenciamos, em 1962, um funeral de um homem que tinha morrido de manhã cedo. Uma de suas esposas (contrariamente às regras dos craôs, que são monogâmicos, este homem vivia com duas mulheres) passou quase todo o tempo, até o sepultamento, ao cair da tarde, deitada ao lado do morto, abraçada a ele, vez por outra envolvendo-o com braços e pernas.

## 18 – A chefia

A chefia das aldeias parece ter sido uma outra instituição profundamente modificada pelo contacto interétnico, sobretudo porque o chefe passou a ser uma espécie de mediador entre os índios e os brancos; hoje ele é como o representante dos civilizados. No passado foi comum a presença de mais de um chefe na aldeia, algumas vezes líderes da mesma facção, outras vezes rivais. Assim, dois irmãos, Feliciano e Vicentão (e, às vezes, mais um outro chamado Ambrósio) são citados como antigos chefes da aldeia que deu origem às aldeias de Pedra Branca e do Posto, enquanto a antiga aldeia que deu origem a Boa União e Abóbora teve, durante uma ocasião, três chefes: os irmãos Bertoldo e Chiquinho e mais um Canela conhecido como Balbino, que deveria ser rival dos primeiros e líder de uma facção (Campêlo, 1957, 107-108). Para chefes de aldeia os índios têm preferido aqueles que falem bem o português e que mantenham boas relações com os civilizados, sabendo como tratá-los.

---

<sup>6</sup> Todos esses papéis sociais serão devidamente definidos no decorrer da monografia.

## **19 – Aculturação intertribal**

A presença de indivíduos de outros grupos tribais entre os craôs não teve apenas conseqüências biológicas, como a miscigenação, mas, contribuiu, juntamente com as visitas de índios craôs às aldeias das tribos vizinhas, para a introdução de novos ritos e cânticos na cultura craô. É interessante notar que os canelas (apaniecrás) e os gaviões (pucobiês) contribuíram mais no processo de aculturação intertribal dos craôs do que os apinajés e os xerentes. Tal fato pode talvez ser explicado pela maior afinidade lingüística dos craôs com os timbiras orientais, de que fazem parte, do que com os ocidentais (apinajés) ou os acuéns (xerentes). Parece que nenhum rito, nenhum cântico, os craôs tenham adotado desses últimos, embora se note entre eles a presença de mitos apinajés. O simples fato de serem os grupos mais próximos dos craôs, tanto pela língua como pela organização social, a exercerem a maior influência sobre eles faz com que os elementos introduzidos sejam mais conformes à estrutura social dos craôs, podendo ser apontados talvez menos como um fator desorganizador, mas sim reforçador da cultura craô na resistência às mudanças a que tende levá-la o contacto com os civilizados.

## **20 – Conclusão**

Vimos, pois, que em quase todos os seus aspectos houve modificações na cultura craô. Tais alterações, não obstante, não tiveram a mesma direção: umas aproximaram os índios dos costumes civilizados; outras, como a modificação do vestuário e a adoção de novos rituais, aproximaram os craôs dos outros timbiras; outras ainda se fizeram segundo o sistema simbólico craô, como, por exemplo, estabelecimento do cemitério a oeste da aldeia.

Nossa análise não poderá ignorar esses elementos culturais adotados, uma vez que constituem parte integrante do sistema sócio-cultural atual. Nos capítulos referentes a ritos, por exemplo, daremos tanta atenção aos aprendidos de outros timbiras quanto aos propriamente craôs, uma vez que os primeiros dispõem dos mesmos componentes simbólicos que os segundos, combinados de igual maneira, sendo possível aplicar-lhes o mesmo tipo de interpretação.

Em suma, a presença de elementos culturais de origem externa não afetou os princípios básicos do sistema craô e, portanto, sua coerência e sua identidade.